

# MERCADOS URBANOS DE CIDADES RURAIS: AÇÃO PÚBLICA, COMÉRCIO, RECEITAS E CONSUMO EM FEIRAS LIVRES DO JEQUITINHONHA<sup>1</sup>

Eduardo Magalhães Ribeiro<sup>2</sup>  
Boaventura Soares de Castro<sup>3</sup>  
Daniel Prado Araújo<sup>4</sup>  
Flávia Maria Galizoni<sup>5</sup>  
Eduardo Barbosa Ayres<sup>6</sup>  
Camila Silva Freitas<sup>7</sup>  
Ana Luíza Mendonça Pinto<sup>8</sup>  
Luiz Henrique Silvestre<sup>9</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as feiras livres de cinco municípios do vale do Jequitinhonha (Berilo, Carbonita, Francisco Badaró, Veredinha e Virgem da Lapa) sob o do ponto de vista da sua expressão, em termos de programas públicos, vendas, abastecimento urbano e economia local. Usou para isso dados levantados em pesquisa de campo. O artigo revela que as feiras livres beneficiam os agricultores, porque vendem uma produção que teria dificuldade de entrar em outros mercados, dada sua dedicação a uma pauta produtiva muito culturalizada. Essas vantagens e ganhos de camponeses são transferidos diretamente aos comerciantes, que vendem para comprar. Os consumidores têm o benefício de um abastecimento regular de alimentos de qualidade, adaptado aos seus hábitos culturais. A população urbana reduzida costuma inviabilizar a oferta de verduras e frutas de outras regiões, e na feira o consumidor encontrará as frutas coletadas nas *chapadas*, as rapaduras do jeito que prefere, as farinhas no ponto que gosta. O artigo conclui com algumas sugestões de atividades pelo melhoramento dessas feiras livres.

## Palavras-chave

Agricultura familiar, vale do Jequitinhonha, desenvolvimento rural

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem às agências que apoiaram as pesquisas que deram origem a este artigo: Fapemig (941/02), CNPq (504.665/2004-9), MEC/SESu/ProExt/04 e Banco do Nordeste do Brasil (convênio BNB-ETENE/UFLA/CAV-2005).

<sup>2</sup> Economista, pesquisador CNPq, professor da Universidade Federal de Lavras, do NúcleoPPJ/UFLA, coordenador do Programa de Apoio às Feiras Livres do Alto e Médio Jequitinhonha (Convênio UFLA/CAV); eduardomr@ufla.br.

<sup>3</sup> Técnico do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, CAV, de Turmalina, MG, coordenador do Programa de Apoio às Feiras Livres do Alto e Médio Jequitinhonha (Convênio UFLA/CAV); cavi@uai.com.br.

<sup>4</sup> Estudante de Agronomia, bolsista IC/CNPq, do NúcleoPPJ/UFLA; ppj@ufla.br

<sup>5</sup> Antropóloga, bolsista recém-doutora CNPq/UFLA, do NúcleoPPJ/UFLA; flaviagalizoni@yahoo.com.br

<sup>6</sup> Engenheiro agrônomo, coordenador do CRSAN/Alto e médio Jequitinhonha; eduardoturmalina@yahoo.com.br

<sup>7</sup> Estudante de Administração, bolsista Fapemig, do NúcleoPPJ/UFLA; ppj@ufla.br

<sup>8</sup> Estudante de Medicina Veterinária, bolsista IC/CNPq, do NúcleoPPJ/UFLA; ppj@ufla.br

<sup>9</sup> Administrador, mestrando UFLA, do NúcleoPPJ/UFLA; lhsilvestre@yahoo.com.br

## MERCADOS URBANOS DE CIDADES RURAIS: ação pública, comércio, receitas e consumo em feiras livres do Jequitinhonha

### 1. As feiras livres

A feira livre é uma das instituições mais sólidas de Minas Gerais; principalmente do Norte, Nordeste e Noroeste do estado. Elas fazem parte da economia e da cultura dessas regiões: abastecem as cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos, escoam a produção dos lavradores do município, aquecem o comércio urbano com as compras que dos feirantes. Aos sábados os agricultores levam à feira seus estoques de verduras e frutas de estação - que parecem um milagre que se renova todas as semanas ao longo do *tempo-da-seca* -, com as muitas variedades de farinhas, *gomas* e rapaduras saídas das prensas, engenhos e fornos da indústria doméstica rural, com a presença invariável das cozinheiras, das doceiras e do *homem-da-cobra* – que tem remédio para todos os males do corpo, com a exceção da *dor-de-cotovelo*. No tempo da política as feiras dão palanque e abrigam os oradores, porque são espaços excelentes para o corpo-a-corpo com os eleitores.

Em todos os municípios do vale do Jequitinhonha mineiro existem feiras. Aos sábados as famílias vão cedo para a cidade, carregando a produção da semana como podem. Vão vender, comprar, barganhar e participar do grande evento social que é a feira-livre. Nela, existem produtos para todos os gostos: no *tempo-das-águas* os lavradores vendem mantimentos de lavoura, como milho e feijão verdes, ou de pecuária, como leite fresco, queijo, requeijão e doce de leite, e, principalmente, frutos da coleta – pequi, jatobá, pana, marolo, cagaita, coquinho-azedo, mangaba, coco-sapucaia, que inundam as praças de mercado de novembro a fevereiro. Começa o *tempo-da-seca* e o tipo de oferta muda, e então aparecem os produtos processados, de maior valor agregado, que vão das farinhas às cachaças e aos doces, mas, principalmente, é a época em que os produtos das hortas enchem os cestos dos feirantes e os olhos dos fregueses.

As ofertas em feiras variam ao longo das estações, mas também variam no espaço. No alto Jequitinhonha são mais feiras de *verdes*, de legumes, frutos e folhagens; no baixo e médio rio costumam ser feiras mais secas, como a paisagem agreste dos *carrascos* abaixo da foz do rio Araçuaí: de farinhas, rapaduras e gomas; mas não ficam apenas nos secos, porque em quase todo boqueirão há um alambique, e é necessário que alguma cachaça seja vertida nestes mercados onde lavradores trocam, mas também confraternizam. E os mercados são maiores ou menores: em Araçuaí, por exemplo, ele não comporta sequer metade do movimento dos seus 300 pontos de venda; já em Veredinha o comércio da manhã do sábado cabe na cobertura que abriga uma quadra de futebol-de-salão nos dias de semana.

Mas, efetivamente, feiras são quase invisíveis; são parte naturalizada da paisagem local, têm um movimento de comércio que costuma ser considerado insignificante, e, como atendem a um público muito específico e geram um movimento que *soverte* na economia informal, raramente se tornam assunto para programas de geração de renda ou desenvolvimento rural.

Por isto elas só serão vistas se forem observadas, e seu movimento sempre é considerado pequeno, como efetivamente será se for comparado aos negócios feitos na cadeia produtiva da soja ou do boi gordo. Acontece, porém, que pequenezas é um conceito muito relativo, que depende da perspectiva, da precisão dos instrumentos e, principalmente, das circunstâncias: no Jequitinhonha não se planta soja e poucos bois são engordados, e nessa economia rural muito diversificada e não integrada as iniciativas locais que geram produtos e ocupação ganham um valor inusitado, pelo que podem representar em valorização de identidade regional, que vem a ser um suporte poderoso para as iniciativas de desenvolvimento rural; pelo que podem representar em economia de recursos públicos que seriam gastos na saúde, em transferências e no combate à desnutrição, por exemplo; pelo que

representam em possibilidade de aliar antigas práticas com inovações produtivas. É por isso que na sua aparente pequenez essas feiras livres apresentam uma renovada importância, ao beneficiar aos agricultores familiares, ao comércio urbano e aos consumidores.

Lavradores são beneficiados porque vendem uma produção que teria dificuldade de entrar em outros mercados, dada sua dedicação a uma pauta produtiva muito culturalizada. Geralmente eles conseguem vender à vista o que levam à feira na manhã dos sábados, e essa receita se combina às rendas de transferências de programas públicos, à produção de autoconsumo, ao *apurado* nas migrações sazonais, e assim eles se equilibram. Repetindo esse trajeto da roça para a feira por meses e anos, por *seca-e-s'água*, ampliam e melhoram seus sistemas de produção e suas receitas crescem com essa *tutaméia* que é o ganho das feiras; muitos deles *tiram* da feira mais dinheiro que receberiam trabalhando nos cortes de cana ou nas vendas para turistas no verão das praias do litoral de São Paulo.

Vantagens e ganhos de camponeses são transferidos diretamente aos comerciantes. Eles vendem para comprar, e a *bruaca* que vai à feira cheia de rapaduras volta à roça com mantimentos e utensílios. Aos sábados os feirantes animam um comércio urbano que só tem alegrias quando os aposentados recebem seus pagamentos, quando chega época da festa do santo padroeiro e quando o governo resolve montar acampamento de *peões* para fazer uma grande obra. Com uma grande diferença: aposentadorias são pagas uma vez por mês, festa-de-santo só acontece uma vez por ano e promessa de obra de governo só vem de quatro em quatro anos; feira tem todo sábado.

Os consumidores têm o benefício de um abastecimento regular de alimentos de qualidade, adaptado aos seus hábitos culturais. A população urbana reduzida costuma inviabilizar a oferta de verduras e frutas de outras regiões, e na feira o consumidor encontrará as frutas coletadas nas *chapadas*, as rapaduras do jeito que prefere, as farinhas no ponto que gosta. Levantamento em feiras do Jequitinhonha revelou 12 tipos diferentes de farinhas – diferenças em espessura, torração, cor e consistência -, 6 tipos de rapaduras, 18 variedades de frutas coletadas e vendidas *in natura*, doce-de-leite produzido por meio de 9 técnicas diferentes: cada uma dominante numa localidade particular, desconhecida ou pouco usada em outras. As feiras não abastecem a população urbana apenas de alimentos, mas também dessa parte essencial da nutrição que é a soberania alimentar, a alimentação culturalizada. Por isso as feiras livres desses pequenos municípios se expandem, em vez de retrair. Elas alimentam a cultura territorializada dessas populações e se transformam no espaço por excelência de afirmação de identidades locais. Além disso outro fenômeno tem contribuído para valorização das feiras: o envelhecimento populacional, que aumenta o número de aposentados, que dão fôlego renovado ao movimento de feiras, porque a renda incrementada pelas transferências os converte em consumidores de hábitos estáveis e gasto regular.

As feiras são mais que pontos de comercialização da produção da agricultura familiar. Circulam nelas bens, culturas e pessoas, e além de pontos das vendas, são encruzilhadas entre a economia e a cultura, são retratos totais dessas sociedades rurais, são lugares de encontro e articulação política, são espaços vitais para a reprodução das muitas agriculturas familiares do vale do Jequitinhonha.

Este artigo resulta de um programa de pesquisa e extensão universitária em apoio às feiras livres, fruto da parceria entre o Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar da Universidade Federal de Lavras, Núcleo PPJ/UFLA, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, CAV, e a Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Alto e Médio Jequitinhonha (CRSAN). O programa pesquisou feiras, identificou problemas, soluções e alternativas, e articula ações para melhoria das feiras e elevação das rendas dos feirantes. A iniciativa surgiu da experiência do CAV e NúcleoPPJ/UFLA, que desde 1998 têm uma ação conjunta em temas relacionados ao desenvolvimento rural e à produção agroecológica. O assunto feira começou a ser debatido em pesquisas sobre coleta de frutos e essências nas chapadas do alto Jequitinhonha: da coleta se passou à análise dos problemas de comercialização, da comercialização se chegou à feira. As pesquisas iniciais resultaram na formulação de programas municipais de apoio às feiras; o primeiro deles foi executado no município de Turmalina

(2001/2004) e o segundo em Minas Novas (2003/2004). A partir daí foi criado um Programa mais amplo, mesoregional, envolvendo organizações dos 22 municípios que participam da CRSAN.

## 2. A pesquisa nas feiras

O objetivo deste artigo é analisar as feiras livres de cinco municípios do vale do Jequitinhonha (Berilo, Carbonita, Francisco Badaró, Veredinha e Virgem da Lapa) sob várias perspectivas: do ponto de vista da sua expressão, em termos de programas públicos, vendas, abastecimento urbano e economia local. Usou para isso dados levantados em pesquisa de campo.

A pesquisa que deu origem ao artigo foi realizada em duas etapas.

Na primeira delas foi debatida no fórum da CRSAN a proposta de um programa de apoio às feiras livres, incluindo a pesquisa, delimitando objetivos, competências e, por fim, admitindo candidaturas de municípios interessados em participar do programa. A candidatura deveria ser apoiada por, no mínimo, três organizações municipais de natureza diferente (organizações da sociedade civil e públicas) que assumiriam a execução no local. Os municípios inscritos foram avaliados por uma comissão mista CAV/UFLA/CRSAN, que selecionou 5 deles usando como critérios: a) o histórico de ações conjuntas das organizações do município, e b) o histórico de ações na feira livre do município.

Selecionados os municípios, as organizações coordenadoras promoveram reuniões ampliadas em cada um deles, com a presença das parcerias locais: representação dos feirantes, sindicato de trabalhadores rurais, prefeitura municipal, representação do comércio urbano, organizações sociais do município, Emater, Câmara de vereadores e outras agências interessadas, que às vezes eram Clube de Mães, associações de combate à desnutrição, Pastoral da Criança. Nessas reuniões foram esclarecidos os objetivos do programa, exposto o interesse daquela comunidade no programa, definidas as tarefas que deveriam ser executadas e a competência de cada agência ou entidade, estabelecido um cronograma de execução e escolhida uma coordenação local.

Em seguida começou a segunda etapa, de pesquisa sobre a feira, propriamente, e seus entornos.

Primeiro, foi pesquisado o comércio urbano, para avaliar por meio de entrevistas fechadas o impacto das feiras no volume das vendas e as relações estabelecidas entre comércio e feiras. Segundo, foi investigado o setor público municipal: prefeitura, secretárias, agências de extensão rural e assistência técnica, hospitais, polícia, para dimensionar as demandas dos feirantes por serviços urbanos e os programas municipais de apoio à feira.

Uma sondagem preliminar na feira de cada município revelava o número de feirante e os tipos de produtos que colocavam à venda. A sondagem estimava o número de consumidores, definia o número de feirantes e sua distribuição por tipos de produtos; definia-se o tamanho das amostras a serem pesquisadas, de forma que representassem 3% dos consumidores e 10% do total dos feirantes presentes em uma feira anterior; deveria também ser representativa em termos de produtos e volume negociado. No dia e local da pesquisa os consumidores eram contados, classificados e, por amostragem, entrevistados. Foram entrevistadas 77 famílias feirantes nos 5 municípios, distribuídos proporcionalmente entre os tipos de produtos levados à feira, classificados nas seguintes categorias: 1) frutas e verduras; 2) produtos da lavoura branca (feijão-de-arraque, feijão-andu, feijão-catador, arroz, milho de bulhão, por exemplo); 3) produtos da indústria doméstica rural (doces, queijos, rapadura, farinhas, cachaça, fumo, por exemplo); 4) alimentos prontos (café, refeições, bolo em fatias...); 5) animais vivos (aves e suínos); 6) artesanato; 7) produtos do extrativismo (pequi, panã, cagaita, plantas medicinais...); 8) leite *in natura*; 9) pontos de venda diversificada, que combinam vários tipos de produtos. Em cada categoria os feirantes foram novamente segmentados pelo volume maior ou menor de produtos e vendas, repartidos entre feirantes *fortes* ou *fracos*, como eles mesmos se definem.

Um terço dos feirantes entrevistados na feira foram, depois, pesquisados também em seu sistema de produção, com visita dos pesquisadores ao sítio, à lavoura e aos equipamentos de trabalho e beneficiamento. A amostra de sistemas de produção foi selecionada em função da distribuição por categorias encontrada na sondagem preliminar da feira do município. Nesta fase da pesquisa se

investigava a face produtiva da família: a organização da produção, do trabalho, as estratégias de reprodução, a distribuição do trabalho entre os membros da família, os resultados da migração sazonal, o impacto produtivo das políticas públicas, a dimensão do autoconsumo. Essa ocasião era aproveitada também para conhecer a organização dos sistemas comunitários de produção (farinheiras, engenhos, moendas, fornos), e a indústria doméstica rural.<sup>10</sup>

### **3. Resultados: políticas, consumo e receitas**

#### **3.1. Feiras e programas públicos**

Embora sejam importantes para agricultores familiares, consumidores e para o comércio local, poucas vezes as feiras livres merecem atenção direta de programas, governamentais ou não, de desenvolvimento rural. Mesmo assim, toda prefeitura tem algum tipo de ação que, direta ou indiretamente, favorece às feiras. Essas ações não são sistemáticas, nem sempre são planejadas e, às vezes, são mesmo muito descontínuas e desiguais; mas, sempre existem.

O programa mais freqüente em apoio às feiras livres é o transporte. As prefeituras estabelecem rotas de deslocamento de ônibus ou caminhões para transporte de feirantes e, quase sempre, o transporte é gratuito. Dos cinco municípios pesquisados, dois têm programas contínuos de transporte gratuito, um deles tem um programa parcial, e dois não têm iniciativa nesta área. Nos municípios em que existem programas, Carbonita e Veredinha, os custos de transporte são bancados pelo orçamento municipal e representam uma expressiva transferência de renda. Em Carbonita, a Prefeitura Municipal contrata 9 caminhões que cobrem diretamente 15 comunidades rurais, gastando em média R\$ 900,00 por mês com cada um deles, uma despesa em torno de R\$ 100.000,00 por ano. São 89 as famílias rurais presentes na feira; isto representa uma transferência de renda em torno de R\$ 1.123,00 por família/ano, ou R\$ 93,63 por família/mês. Em Veredinha a mesma despesa fica em R\$ 60.000,00/ano; dispêndio de R\$ 1.111,00/ano ou R\$ 92,59 por família/mês com o transporte de cada uma das 54 famílias feirantes.

Nos demais municípios não existem programas constantes de transporte, mas outras formas de apoio são freqüentes. O principal deles, certamente, é o prédio próprio do mercado, geralmente construído, mantido e zelado pelos cofres municipais. Além disso existem programas específicos: as prefeituras de Berilo e Veredinha mantêm programas de mecanização subsidiados para o preparo de terras que atendem gratuitamente lavradores que cultivam pequenas áreas de lavouras; a prefeitura de Francisco Badaró disponibiliza um galpão para armazenamento e seleção de produtos dos feirantes; em Veredinha a prefeitura mantêm junto com a CRSAN, um campo de sementes para doação às famílias rurais; em Virgem da Lapa a Prefeitura Municipal aluga barracas cobertas para exposição dos produtos dos feirantes. Em todos os municípios os convênios entre Prefeituras Municipais, Emater/MG oferecem assistência técnica; o Banco do Nordeste do Brasil oferece o crédito rural para agricultores familiares. Essas são ações de apoio direto às feiras livres desses municípios.

Dessas ações públicas, no entanto, duas ainda merecem ser comentadas: a) programas de apoio à pequena produção; b) programas de transferência de renda. A distinção, na verdade, é sutil, pois programas de apoio à produção de pequena escala geram transferência de rendas, e vice-versa. O Pronaf, um programa produtivo, é aprovado pelo subsídio embutido, e não apenas por seus impactos sobre a produção; por outro lado, o Bolsa Família, programa de transferência de renda, é muito usado para apoiar a produção familiar.

Os programas de apoio à pequena produção começaram na década dos 1980, quando apareceram os efeitos negativos da modernização agrícola, principalmente para aquisição de equipamentos, em ações coordenadas pela Emater ou por organizações religiosas. O mérito desses programas foi colocar máquinas de beneficiamento à disposição das comunidades rurais, conhecidas como *fabriquetas*, usadas e geridas coletivamente, aumentam a produtividade e reduzem a penosidade

---

<sup>10</sup> Sobre técnicas de pesquisa com populações tradicionais consultar Amorozo e outros (2002); sobre a agricultura familiar da região consultar Ribeiro e Galizoni (2000).

do trabalho. Em muitas comunidades esses equipamentos aumentaram a renda familiar, incrementando a fabricação de farinhas de milho e mandioca, polvilho, rapadura, açúcar-mascavo e cachaça. A agregação de valor a esses produtos nas indústrias comunitárias e familiares gera uma renda considerável, conforme mostraram Fernandes Filho e Campos (2003): a parcela mais importante das rendas produtivas das famílias vinha da indústria doméstica, do processamento que multiplica o valor dos produtos da agricultura e do extrativismo no meio rural do Jequitinhonha.

Programas de transferências de renda ganharam força nos anos 1990, com a universalização dos direitos previdenciários e sua extensão à população rural. O Jequitinhonha foi alvo de muitos desses programas, quase todos acompanhados por críticas, que geralmente notam o custo elevado que os programas representam para o orçamento público, e acreditam que as pessoas que os recebem ficam dependentes da transferência de recursos.

Independente disto, a verdade é que os programas de transferência de renda conseguem elevar - ou criar, onde não existem - rendas monetárias desses municípios. Quando as famílias ficam mais líquidas e ao mesmo tempo têm terras para plantar, investem na produção o que conseguem poupar. Assim as transferências primeiro elevaram renda e estimularam o consumo; mas, num segundo momento, os programas compensatórios influíram na produção agrícola, alavancando as famílias rurais, principalmente de lavradores mais idosos, que passam a ter maior produção.

Falta a esses programas públicos, sobretudo, articulação. O governo federal formula programas de apoio à agricultura familiar da região em grande quantidade; em 2004/2005 nessa mesma região estavam implementados ou em fase de implementação: Territórios (MDA), CONSAD (MDS), Mesovales (MIN), Fome Zero (MDS), PAA (MDS), Minas Sem Fome (MDS/Governo de Minas), CRSAN (MDS/Governo de Minas/sociedade civil), P1MC (sociedade civil/MDS); eram ações descoordenadas, simultâneas e competitivas. As prefeituras, por sua vez, não criam ações conjuntas, e as boas experiências estimuladas por umas não se transmitem às outras; programas mais amplos, micro ou meso regionais raramente são experimentados por elas, porque as mediações políticas são sólidos obstáculos. Pequenos programas regionais poderiam dar escala econômica e política às ações locais, estimulando atividades cooperativas entre órgãos públicos e da sociedade civil.

### **3.2. As dimensões das feiras livres**

As feiras livres cumprem um papel importante na geração de ocupação rural. Como a produção agrícola é diversificada e não integrada, os lavradores encontram seus melhores mercados consumidores nos centros urbanos; pequenos mercados, de cidades basicamente rurais. Por isso é que se pode observar, na Tabela I, a participação tão expressiva desses agricultores nas feiras municipais. Algo em torno de 450 famílias consegue auferir rendas semanais com essas feiras; expandindo as famílias pelo número dos seus membros, se percebe que nos 5 municípios um total de 2.260 pessoas tem parte importante de suas rendas originárias de feira. As famílias feirantes representam 7,27% do total da população rural dos municípios; variando de 12,07% em Veredinha a 3,99% em Berilo. Essa variação se deve em grande parte aos programas municipais de transporte feirante. Veredinha e Carbonita, municípios com maior número relativo de feirantes, contam com transporte regular e gratuito para feirantes; em Virgem da Lapa há um amplo sistema privado de transporte aos feirantes, custeado pelos comerciantes da cidade; em Berilo há transporte público para apenas uma comunidade rural e em Francisco Badaró para nenhuma. Isso explica a maior ou menor presença de agricultores na feira.

Tabela 1. Total de feirantes e sua participação na população rural dos municípios

Município	Total de feirantes	Número de membros/família	População rural envolvida nas feiras	População rural total	Percentual de famílias feirantes na população rural
Veredinha	54	4,78	258	2.137	12,07
Carbonita	89	4,38	389	3.405	11,42
Berilo	78	5,09	397	9.948	3,99
F.Badaró	82	5,25	430	7.798	5,51
Virgem da Lapa	172	4,57	786	7.789	10,10
Total	475		2.260	31.077	7,27

Fonte: Censo 2001; pesquisa de campo, 2005

Essas famílias de agricultores abastecem regularmente as populações dessas cidades: a Tabela 2 mostra a diversidade da produção, com um destaque acentuado para frutas, verduras e indústria doméstica rural. O calendário de abastecimento, porém, é bastante sazonalizado. Há uma tendência muito forte que a produção da coleta ocupe as feiras no auge do verão, ao mesmo tempo em que a produção da pecuária, estimulada pelas chuvas, calor e boas pastagens dessa temporada. O início do inverno marca o crescimento da oferta de verduras e frutas cultivadas, que atingem seu apogeu em setembro; daí em diante as hortas declinam em tamanho e produção, a infestação de invasoras inviabiliza os tratamentos culturais que costumam ser feitos.

Uma característica destacada e relevante desta produção é seu caráter familiar, sua ligação profunda com o campesinato da região. Os consumidores realçam isso em suas entrevistas e constroem categorias de qualidade que tomam como referência exatamente o caráter familiar da produção; são produtos de comunidades ou produtores que atingem níveis de excelência que caem no agrado daqueles consumidores. Assim, localidades ou produtores de qualidade tornam-se denominação de origem: hortaliças de Zé de Salu (Carbonita), farinha de mandioca de Ribeirão dos Santos Acima (Minas Novas), farinha de milho do Luiz do Gentio (Minas Novas, Capelinha, Chapada do Norte, Angelândia), farinha de mandioca de Pontezinha (Veredinha), verduras de Mercadinho (Carbonita) e Vargem Grande (Berilo), vassouras de São João das Almas (Virgem da Lapa).

A Tabela 2 permite observar também a importância dos produtos de valor agregado mais elevado ou mais intensivos em trabalho: frutas/verduras, indústria doméstica rural, alimentos prontos, artesanato, fumo e temperos representam mais de 60% da produção exposta nas feiras. Isso se explica em parte pelo ajuste entre a feira e o perfil do consumidor, em parte pela racionalização do trabalho nas unidades familiares de produção. Evidentemente há um risco embutido na produção comercial de frutas e verduras, perecíveis e sazonais, portanto dependentes de vendas rápidas. O risco é compensado parcialmente pela alternatividade dos produtos e oculto, também, pela diversificação da produção; assim a produção de verduras se completa com os beneficiamentos da indústria doméstica, ou de produtos da agricultura. No verão, em alguns casos, os produtores de frutas/verduras se convertem em vendedores de produtos do extrativismo.

Tabela 2. Categorias e total dos pontos de venda nas feiras livres pesquisadas

Categorias	Veredinha	Carbonita	Berilo	Francisco Badaró	Virgem da Lapa	Total	Percentual
Frutas/verduras	22	38	27	39	49	174	36,73
Indústria doméstica rural	8	14	12	11	37	82	17,26
Diversificados	13	9	17	6	28	73	15,43
Açougues	4	5	10	9	22	50	10,58
Agricultura	0	7	2	5	6	20	4,21
Alimentos prontos	2	5	1	6	7	21	4,42
Animais vivos	2	4	2	3	5	16	3,37
Pecuária	0	2	3	0	9	14	2,95
Manufaturados	2	3	2	1	3	11	2,32
Artesanato	1	2	0	2	2	7	1,47
Fumo	0	0	2	0	2	4	0,84
Tempero	0	0	0	0	1	1	0,21
Extrativismo	0	0	0	0	1	1	0,21
Total	54	89	78	82	172	475	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Essas feiras respondem por parte fundamental do abastecimento dessas pequenas cidades. A maioria delas não conta com estabelecimentos que vendam alimentos frescos; assim, é na feira que o consumidor urbano se abastece, e o mesmo acontece com o consumidor rural, que boa parte das vezes usa da feira como espaço de trocas. A Tabela 3 revela isto: mostra a importância dessas feiras, que na média abastecem praticamente  $\frac{3}{4}$  da população desses municípios; em alguns casos pouco menos de 50% (Veredinha e Carbonita) e noutros casos mais que a totalidade da população urbana, pois aí estarão incluídas também a população rural e mesmo consumidores residentes em outros municípios.

Tabela 3. Relação entre consumidor da feira e população urbana

Município	Compradores da feira	Número de membros das famílias urbanas	Total de consumidores atendidos pela feira	População urbana	População urbana atendida (%)
Veredinha	336	4,19	1.408	3.120	45,13
Carbonita	719	3,69	2.653	5.562	47,69
Berilo	491	4,36	2.141	3.031	70,64
F. Badaró	607	4,01	2.434	2.511	96,94
Virgem da Lapa	1.544	3,87	5.975	5.883	101,56
Totais	3.809		14.611	20.107	72,67

Fonte: FIBGE, 2001; pesquisa de campo, 2005

Essa presença de consumidores nas feiras traz resultados expressivos em termos de vendas, como se percebe na Tabela 4. A receita individual de vendas supera o salário mínimo corrente na época da pesquisa em 3 dos 5 municípios; nos demais, se aproxima bastante deste montante.

Tabela 4. Renda total da feira

Município	Receita do feirante	Numero feirantes	Renda total feira/mês	Salários mínimos equivalentes
Veredinha	255,91	54	13.819,14	46
Carbonita	349,25	89	31.083,25	103
Berilo	506,13	78	39.478,14	131
F. Badaró	282,48	82	23.163,36	77
Virgem da Lapa	388,47	172	66.816,84	222

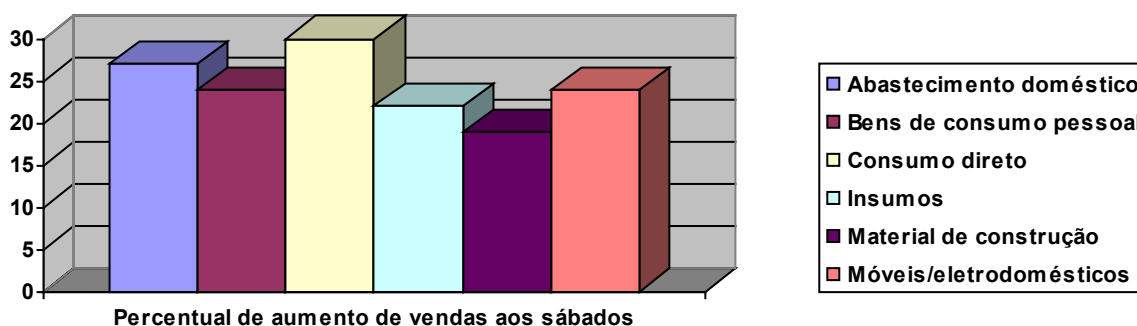
Fonte: Pesquisa de campo, 2005



### 3.3. As feiras e o comércio urbano

Os comerciantes consideram muito positivos os efeitos das feiras livres sobre suas próprias vendas. Eles observam, no entanto, os efeitos da sazonalidade nas compras, no correr do ano e do mês, o que faz com que suas vendas sejam desiguais no correr desses períodos. A maioria deles associa o crescimento de suas vendas ao próprio crescimento de vendas dos feirantes no início do mês: é a época em que são pagos salários, aposentadorias, pensões e benefícios; época em que os feirantes vendem mais, portanto compram mais. No correr do ano as vendas dos feirantes e suas compras aos comerciantes crescem ao longo dos trimestres: começam a crescer no início da estação das secas com a produção e venda de verduras, crescem no início do terceiro trimestre com a entrada dos produtos da indústria doméstica rural no mercado, e crescem novamente com a entrada do *tempo-das-águas* e o esvaziamento das despensas das famílias de sítiantes feirantes, apoiadas ainda pelos gastos feitos na feira por migrantes sazonais em retorno e pelo pagamento de décimo-terceiro salário. O pior dos trimestres, para feirantes e comerciantes é o primeiro do ano: é a época em que as lavouras ainda não produziram, que as hortas não podem produzir muito, que a produção de leite é excessiva e de preço baixo, em que a própria oferta de produtos do extrativismo é excessiva. É uma época em que a agregação de valor à produção é mínima, pois o excesso de oferta derruba os preços dos derivados de leite, de milho verde, de produtos da coleta; não que a oferta absoluta ou o número de feirantes caia, mas caem o valor agregado e os preços, com isso declinam as receitas e, da mesma maneira, caem suas compras aos comerciantes.

Gráfico 1 Aumento médio percentual das vendas dos setores de comércio urbano aos sábados em função das compras de feirantes



Mas, no correr de meses e do ano o consumo dos feirantes é variado e freqüente. Eles adquirem manufaturados, alimentos básicos, serviços, combustíveis, bebidas e alimentos prontos, conforme se observa no Gráfico 1. Essas compras revelam um perfil de demanda: adquirem principalmente manufaturados de certa sofisticação produtiva e valor agregado; mas também são importantes os alimentos básicos - arroz, feijão, macarrão, óleos - na composição das compras.

Há sobretudo, uma ativa relação de trocas entre cidade e campo, pois os feirantes colocam à disposição do consumidor urbano certos produtos para imediatamente depois adquirirem outros. Observando o retorno ao rural no começo das tardes de sábado essa relação de trocas fica muito clara: eles levam para o campo praticamente tanto, ou mais, mercadorias do que trazem. Na hora de embarque no caminhão de feira, na moto ou na garupeira dos animais de serviço, é visível a quantidade de bens adquiridos no comércio, e o ritmo da feira de sábado sempre é marcado por dois movimentos físicos bem delimitáveis: quando os feirantes estão vendendo, de 7:00 às 9:30 horas mais ou menos; quando os feirantes, depois de vender, saem a comprar no comércio urbano, de 9:30 às 12:00 horas, mais ou menos. Neste segundo momento as caminhonetes dos supermercados fazem entregas nas

proximidades do mercado e feirantes vão chegando com grandes volumes de compras de produtos do comércio urbano.

Essa relação de trocas campo-cidade, em todos os municípios pesquisados, é francamente favorável às cidades. A Tabela 5 revela as dimensões relativas dessas trocas, e se percebe que o volume de gastos é superior às receitas de vendas nas feiras em até 80%, ou seja: muito objetivamente essas famílias de feirantes têm que buscar receitas de outras fontes para fazer frente às compras que fazem no comércio urbano. Estas despesas serão cobertas com rendas de transferências, principalmente, mas também com receitas de outras vendas, de serviços prestados, de ocupação parcial de outros membros da família em atividades não-agrícolas.

Tabela 5. Gasto no comércio urbano e receita de feira; médias mensais por feirante, em reais

Município	Veredinha	Carbonita	Berilo	F.Badaró	V.da Lapa
Gasto médio	463,20	363,20	660,68	324,96	492,64
Gasto total médio	25.012,80	32.324,80	51.533,04	26.646,72	84.734,08
Receita mensal da feira	13.819,14	31.083,25	39.478,14	23.163,36	66.816,84
Gasto/receita (%)	181,00	104,00	130,54	115,04	126,82

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Ocorre uma complementariedade no consumo, com os feirantes abastecendo e se abastecendo na cidade; por isso o sistema de transporte para feirantes é duplamente importante. Aqui, ainda, é necessário comentar que essa troca direta campo/cidade não atinge todos os feirantes, mas principalmente aqueles rurais, que não dispõem de transporte próprio e que vendem volume menor de produtos, isto é, a maioria.

Esse perfil de consumo mostra como essa população rural do *Brasil profundo* mantêm uma ativa interdependência com os costumes urbanos. Sintomaticamente, a demanda urbana por essa produção rural é fundamentada no fato dela ser tão especializada na tradição, acentuadamente ambientalizada e expressiva da cultura local; mas a demanda da população rural por consumo urbano é acentuadamente moderna, por manufaturas, alimentos e utensílios industriais e complementares à produção da agricultura familiar. Ao gosto da sociologia rural dos anos 1970 e dos dilemas das avaliações culturais correntes da dita sociedade globalizada, se pode afirmar que essa complementariedade ambígua fala o quanto a modernidade está longe de prescindir da tradição, e de quanto a tradição se sustenta exatamente por um padrão de consumo e relações sociais bastante moderno.

Esta freqüência elevada de consumo - além da segurança no trato costumeiro com os feirantes -, levam comerciantes a oferecer facilidades na abertura de crédito no comércio urbano, na maioria dos estabelecimentos pesquisados. Além disso eles recebem outras facilidades, como descontos, prazos, entrega em domicílio, conforme a Tabela 5.

Tabela 6 Principais vantagens oferecidas a feirantes pelo comércio urbano das cidades pesquisadas

Vantagens para feirantes	Veredinha	Carbonita	Berilo	F.Badaró	V.da Lapa
Descontos em compras à vista	X	X	X		
Maiores prazos para pagamentos	X		X	X	X
Entrega em domicílio			X	X	X
Promoções em dias de feiras	X				

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Na avaliação dos comerciantes, os feirantes trazem grandes vantagens para o comércio urbano. Entre elas: o fato de feirantes indicar as casas de comércio para outros feirantes, e da feira livre fazer o

dinheiro movimentar rapidamente no município, pois os feirantes compram o que vendem no comércio da cidade e assim aumentam o movimento global do comércio urbano

### **3.4. Os consumidores nas feiras**

A presença de consumidores na feira é irregular: alguns entram e saem e tornam a voltar e a sair. Porém, em todas elas, o maior movimento de entrada ocorre até as 9:30 horas da manhã. Assim as feiras podem ser divididas em dois movimentos temporais bem marcados:

- a) Das 6:00 às 9:00 horas ocorre o afluxo de consumidores urbanos que fazem mais compras e ocorre o principal movimento das vendas;
- b) Das 9:00 às 12:00 horas a feira se torna mais rural, e é acentuado o movimento de saída e entrada de feirantes que vão se abastecer no comércio urbano, é o momento em que os feirantes derrubam os preços para se desfazer dos estoques, que fazem trocas entre si para resolver rapidamente dois problemas: eliminar sobras e adquirir bens que não produzem.

No primeiro momento os produtos à venda são mais “caprichados” e os preços mais elevados. No segundo momento tende a ocorrer venda de produtos de qualidade inferior, a preços mais baixos, para consumidores tardios, geralmente de renda mais baixa. O feirante, principalmente aquele que vende produtos perecíveis, precisa se desfazer rapidamente dos produtos que ainda não vendeu, porque deseja comprar no comércio urbano e voltar a tempo de embarcar no retorno do caminhão ou ônibus feirante, para chegar cedo em casa, para acertar um negócio pendente na cidade.

O perfil das pessoas que vão às feiras pode ser dividido entre freqüentadores, aqueles que apenas estão nas feiras para passear ou fazer outra atividade, e consumidores, aqueles que vão à feira com o propósito de comprar. A distinção às vezes é imprecisa, porque nesta pesquisa os consumidores foram identificados por portarem ou não compras; neste caso ficaram omissos aqueles que levam a compra no bolso (fumo de rolo, por exemplo) ou no estômago (bolo, mais café com leite, por exemplo). Uma outra distinção importante, mas muito difícil de ser feita é aquela entre consumidores rurais e urbanos: observando a feira se nota que grande parte das compras são feitas por população rural, que vai à cidade vender, mas também comprar, principalmente produtos da indústria doméstica rural.

A Tabela 8 apresenta os totais de freqüentadores e consumidores, distribuídos de acordo com o sexo. Percebe-se que o número de freqüentadores sempre supera em muito o número de consumidores, às vezes em até o dobro, como em Veredinha e Carbonita; sintomaticamente os municípios que mantêm sistemas gratuitos de transporte para a população rural. Por outro lado, em quase todos os municípios, com a exceção de Virgem da Lapa, os freqüentadores são em sua maioria homens: vão fazer negócios, ver amigos, acertar trabalho, mas, certamente, não vão apenas comprar produtos dos feirantes. Em relação a consumidores se percebe que em três dos cinco municípios a maioria é feminina; os feirantes sustentam que elas mantêm mais fidelidade ao vendedor e são mais exigentes na escolha do produto. São elas que fazem questão de qualidade e aparência, que negociam com mais vigor, que pedem com mais gosto abatimento nos preços. Os homens são menos exigentes e variam mais os locais de compras.

Tabela 8 Frequentadores e consumidores das feiras-livres, totais e percentuais discriminados por sexo

Município		Veredinha	Carbonita	Berilo	F.Badaró	V. da Lapa
Frequentadores	Total	726	1811	951	932	2852
	Homem (%)	50,83	54,97	51,84	61,16	47,45
	Mulher (%)	49,17	45,03	48,16	38,84	52,55
Consumidores	Total	336	719	491	607	1544
	Homem (%)	42,26	40,75	44,40	57,66	63,54
	Mulher (%)	57,74	59,25	55,60	42,34	36,46

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A Tabela 9, abaixo, apresenta a relação dos principais produtos adquiridos nas feiras livres. Observa-se que há um predomínio de hortaliças, produtos da indústria doméstica rural, frutas e carnes; esses produtos são bem avaliados pelos consumidores no que diz respeito à qualidade. Acrescente-se que os três grupos de produtos – hortaliças, idr, frutas –, além de produtos da coleta e do extrativismo, são adquiridos indistintamente por consumidores de todas as faixas de rendas. Carnes, pelo contrário, são adquiridas por consumidores de maior renda, como era de se esperar.

Merece um comentário à parte o consumo relativamente difundido dos produtos da indústria doméstica e do extrativismo, que estão presentes na pauta de consumo de todas as faixas de renda: eles representam um consumo fundamentalmente cultural, associado a processos de produção ou oportunidades de coleta muito específicos. Assim, para os consumidores, representam a diferença adicional que o mercado local oferece, pois é apenas neste mercado que encontrarão rapadura e farinha, pequi e araticum, da forma que apreciam. Estas atitudes apareceram com muita frequência nas respostas dos consumidores entrevistados, que destacaram o caráter efetivamente cultural do consumo na feira. Ela representa a oportunidade de consumir aquilo que só se encontra em sua cidade, e uma oportunidade de adquirir produtos de qualidade. Neste sentido, considerando-se todos os aspectos críticos da feira – como a desorganização das bancas e a exposição de produtos no chão – os consumidores valorizam o caráter local e cultural da sua feira de sábado. Esta valorização tem a ver com identidade cultural e alimentar, com uma recusa à padronização, e afirmação de relações pessoais do consumidor com o seu próprio alimento.

Tabela 9. Produtos adquiridos pelos consumidores em percentual

Produtos	Veredinha	Carbonita	Berilo	FBadaró	VdaLapa
Hortaliças	24,19	27,06	22,06	26,19	22,22
Produtos da idr	29,03	23,53	20,59	20,24	17,17
Frutas	14,52	18,82	17,65	19,05	19,19
Carne	12,90	14,12	16,18	15,48	16,67
Produtos de coleta	6,45	8,24	7,35	9,52	10,10
Outros	6,45	2,36	7,35	2,38	4,05
Cereais	3,23	3,53	5,88	4,76	7,07
Artesanato	3,23	2,35	2,94	2,38	3,54
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A Tabela 10 mostra os gastos dos consumidores nas feiras: se percebe que nas duas faixas de renda mais baixa, em alguns municípios, eles chegam a gastar quase 25% da sua renda na feira. A importância da feira para o abastecimento dessas cidades fica mais evidente quando se compara com os níveis médios de gasto da população brasileira com alimentação por faixa de renda. Assim, a Tabela 10 revela que as feiras respondem entre 38,69% a 91,32% dos gastos com alimentação da população com

renda inferior a R\$ 450,00, um e meio salários mínimos na época da pesquisa. Na faixa de renda seguinte, a feira absorvem entre 28,44 e 61,77% das despesas com alimentação, e na faixa de renda mais elevada responde por parcela bem menor do gasto: entre 18,15 e 66,66%.

Tabela 10. Gastos médios mensais de consumidores nas feiras em comparação com os gastos médios com alimentação da população brasileira, por faixa de renda familiar

Município	Abaixo de R\$450,00	De R\$ 450,01 a R\$900,00	Acima de R\$ 900,00
Veredinha	52,24	120,00	210,00
Carbonita	66,68	64,00	57,20
Berilo	120,00	101,68	165,00
FBadaró	84,28	112,24	115,00
Vda Lapa	123,28	139,08	150,00
Brasil	135,00	225,00	315,00

Fonte: Folha de São Paulo/LatinPanel (021005); pesquisa de campo, 2005

### 3.5. As receitas dos feirantes

A pesquisa revelou dois aspectos importantes na composição das receitas familiares desses feirantes: a) os ingressos originários das atividades rurais, compreendendo o processamento e/ou comercialização na feira dos produtos da terra e a produção direta de alimentos; b) a expressão das rendas vindas das transferências públicas. Os dados estão apresentados na Tabela 11.

A primeira informação a ser destacada na Tabela 11 é a expressividade das receitas rurais, que se tornam particularmente importantes nessa região que desde os anos 1960 vem sendo identificada com a pobreza. Isso coloca a região como referência de situações de *carência*, estagnação e abandono. Além disso o Jequitinhonha é parte do semi-árido: a chuva é irregular, e a uma série de anos de boas chuvas sucedem períodos de seca, que levam os índices de precipitação a variar entre 400 e 900 mm/ano; cada período de estiagem representa um decréscimo sensível na produção, nas receitas e na condição de autosustentação das famílias rurais. Um terceiro aspecto a ser considerado está relacionado à introdução na região de programas modernizantes de grande escala - reflorestamentos e cafeicultura, principalmente – que criaram restrições para o acesso dos lavradores às terras comunitárias das chapadas e à oferta regular de águas de nascentes.

Tabela 11: Fontes de receitas das famílias rurais pesquisadas, por fontes e municípios

Fontes de receitas	Veredinha		Carbonita		Berilo		Francisco Badaró		Virgem da Lapa		Receita média R\$	Per centual
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%		
Rural: vendas	255,91	37,82	349,25	43,89	349,25	43,89	282,48	37,88	388,47	47,53	366,77	44,52
Rural: autoconsumo	152,10	22,48	136,70	17,18	136,70	17,18	158,37	21,24	104,42	12,78	137,72	16,72
Aposentadorias/pensões	233,33	34,48	171,43	21,54	171,43	21,54	150,00	20,12	171,43	20,97	192,86	23,41
Bolsa-família	28,94	4,28	28,48	3,58	28,48	3,58	43,96	5,90	36,43	4,46	32,80	3,98
Outros programas compensatórios	6,39	0,94	14,29	1,80	14,29	1,80	0,63	0,08	15,36	1,88	9,50	1,15
Outras Atividades	0,00	0,00	57,59	7,24	57,59	7,24	35,21	4,72	52,50	6,42	46,78	5,68
Outras fontes	0,00	0,00	38,10	0,00	38,10	0,00	75,00	10,06	48,73	5,96	37,46	4,55
Receita total	676,68	100,00	795,82	100,00	795,82	100,00	745,65	100,00	817,33	100,00	823,89	100,00

Fonte: pesquisa de campo, 2005

É por isso que os dados produtivos se tornam importantes. Eles revelam uma capacidade de produzir e gerar receitas que permanece oculta ao senso comum e aos censos agropecuários. A fama da pobreza é sobreposta à capacidade de produção, e a informalidade da produção, beneficiamento e comercialização impedem que essas informações sejam desveladas pelos dados censitários. Essa invisibilidade histórica da agricultura camponesa conduz para ela mais políticas de mitigação que de apoio à produção; e mesmo os programas de apoio dificilmente captam a complexidade produtiva dessas economias.

Essas famílias feirantes pesquisadas representam 7,27% das famílias rurais dos municípios pesquisados. Computando apenas as receitas exclusivamente rurais – que reúnem a produção de autoconsumo e as receitas da comercialização – é possível concluir que elas representam no limite inferior 1,36 salários mínimos por família, ou R\$ 85,36 por pessoa, no caso de Veredinha. No extremo superior, Berilo, essa receita rural atinge 2,22 salários mínimos/mês, ou R\$ 130,77 por pessoa do domicílio. Na média e em todos os municípios as receitas originárias de atividades rurais superam as demais fontes – outras atividades, transferências e fontes diversas - mostrando a força peculiar e invisível dessa produção: 61,24% da receita total; 1,68 salários mínimos. A receita das vendas atinge na média dos municípios 1,22 salários mínimos; variando de 0,85 em Veredinha a 1,69 salários mínimos em Berilo, e em alguns dos municípios, como Carbonita, por exemplo, a receita direta da comercialização supera em quase o dobro a renda das transferências, mostrando o papel efetivamente complementar daquelas outras.

As rendas de transferências, compostas por aposentadorias, pensões, Bolsa-família e outros programas mais focalizados (PETI, vale-gás), apresentam um peso médio de 28,54% na receita dessas famílias rurais. Entre essas fontes, as aposentadorias e pensões ocupam uma posição destacada: representam 23,41% da receita total dessas famílias, e em alguns municípios chegam a representar 34,48%. Na média existe 0,64 aposentado ou pensionista por domicílio; mas em alguns municípios essa média é bastante mais elevada: Veredinha, por exemplo, com 0,78 aposentado ou pensionista por domicílio. Essa participação expressiva de aposentadorias/pensões nas receitas tem duas explicações.

Uma, que as possibilidades de geração de receitas produtivas para essas famílias efetivamente são reduzidas, portanto tende a crescer o papel relativo das rendas de transferências. Há pouca possibilidade de inserção mercantil para os produtores, e a produção voltada para uma pauta alimentar muito diversificada e de pequena escala tende a convergir para mercados locais, e gerar uma receita sazonalizada ao longo de todo o ano.

Outra explicação é relacionada ao envelhecimento da população, que aumenta a proporção de idosos na sociedade. Este fenômeno, resultado da transição demográfica em curso no país, tem sido analisado por demógrafos e economistas, e no Jequitinhonha, em particular, se manifesta com uma força relativa maior por conta da migração definitiva e temporária de trabalhadores jovens que torna a média da idade na região mais elevada. Ocorrem também migrações de retorno de antigos migrantes, aposentados, que desde os anos 1990 se observa voltarem às suas terras de origem. A combinação de saída de jovens e retorno de idosos faz com que haja essa presença expressiva de aposentados nas famílias pesquisadas.<sup>11</sup>

No entanto, se pode observar que entre os municípios pesquisados existem diferenças importantes em termos de participação relativa das aposentadorias e pensões na composição total das rendas. Isso é devido, em parte, às diferenças de dinâmica econômica, que fazem com que em alguns municípios o comércio seja mais intenso, tornando assim as rendas de transferências proporcionalmente menores.

---

<sup>11</sup> Sobre envelhecimento populacional e aposentadorias consultar Berquó e Baeninger (2000); Delgado e Cardoso (2000); sobre aposentados do Jequitinhonha consultar Augusto (2003); sobre migrações consultar Ribeiro e Carvalho (1999); sobre migrações no vale do Jequitinhonha consultar Gozza e Rios Neto; Amaral (1988) e Ribeiro e Galizoni (2000).

A Bolsa-família tem uma grande difusão entre essas famílias: faz parte das rendas de 47,30% delas, distribuindo em média R\$ 32,80 por família e chegando a representar, num máximo, em Francisco Badaró, quase 6% da receita total das famílias, quase um terço do valor das aposentadorias e pensões. Seu impacto no conjunto das receitas chega a ser tão expressivo quanto receitas originárias de outras atividades – geralmente receitas não-agrícolas – ou originárias de outras fontes, como remessas de dinheiro de membros da família que migraram e aluguéis. O aparecimento de um programa focalizado como este em pesquisa tão específica revela a sua generalização, quase tão grande quanto a aposentadoria. Observe-se também que em Berilo, onde as receitas rurais e totais dos lavradores são mais elevadas, a Bolsa-família ocupa uma posição relativa e absoluta menos importante na composição da receita domiciliar; isso revela certamente um acerto de objetivo do programa, com atendimento prioritário à complementação dos ingressos de famílias mais pobres.

Ainda é necessário observar na Tabela 11 que as renda originárias de outros programas de transferência de renda, outras atividades e de outras fontes têm expressão muito reduzida na composição da receita total. As primeiras desapareceram absorvidas pela Bolsa Família, que se converteu definitivamente na principal política de transferência de rendas. As duas outras têm pouca expressão em virtude da idade média relativamente elevada desses agricultores, que faz com que a migração sazonal e as ocupações não-agrícolas sejam menos importante para eles.

#### **4. Conclusões: principais ações recomendadas**

As ações recomendadas para melhoria dessas feiras passam por dois níveis diferentes de ações, que estão associados, um, ao plano mais geral da região; outro, ao plano mais específico das ações locais.

No primeiro nível, que pode ser denominado nível do atacado, porque abrange o conjunto dos agricultores familiares e dos municípios da região, as ações poderiam se concentrar em dois aspectos:

- a) na negociação de políticas públicas;
- b) no incremento da assistência técnica em sentido amplo.

A profusão de programas públicos levados para a região nos últimos anos tem representado um desperdício de esforços e recursos, com ações concomitantes, transversais e descontínuas. Mas observa-se que existem diversos fóruns regionais, que participam fragmentariamente das bases desses programas, adquirindo algum controle de objetivo, sem contudo ter qualquer influência em termos de método: abrangência regional, perfil de público, lógica de distribuição. O que se recomenda é que sejam fortalecidas e unificadas as instâncias micro ou meso regionais, de forma que façam a filtragem dos programas públicos direcionados para a agricultura familiar e para outros públicos, evitando assim desperdícios, duplicações e formulações inadequadas.

A pesquisa indica uma distribuição relativamente elevada de crédito rural: 42,31% dos feirantes têm acesso a ele; e se percebe também que há uma evidente relação entre crédito e incremento da produção, uma maior disponibilização de crédito rural representa aumentos de produção e receitas. Os efeitos da assistência técnica são os mesmos, mas há uma diferença: assistência técnica atinge uma parcela muito reduzida desses feirantes: somente 23% deles a recebem com regularidade, havendo também oferta muito rara de cursos de capacitação, atualização ou entrosamento. Neste sentido, é da maior importância incrementar a extensão rural no amplo sentido que ela merece ter: tanto no apoio técnico direto aos agricultores, por meio da extensão oficial, quanto por meio das ações de suporte e animação das ongs, ou por meio das trocas de experiências entre agricultores e comunidades. Aqui, há um vasto campo de trabalho que pode ser construído, tanto no plano inter quanto intramunicipal.

No varejo, as demandas de ações para as feiras são mais municipalizadas ou de acordo com as características locais. A principal dessas demandas é o transporte para feirantes, onde ele não existe, ou a sua melhoria, onde ele já existe. Em alguns municípios a ausência de sistemas públicos de transporte chega a comprometer 1/3 do valor das vendas das famílias feirantes.

Mas as principais e mais difundidas das demandas dizem respeito às melhorias de infraestrutura de feiras livres: reorganização do espaço da feira, melhoria da qualidade ou aumento do número de bancas, disponibilização de balanças, de lixeiras, de pontos de água, de embalagens, de banheiros. Em todos os municípios essas condições operacionais são criticadas por consumidores, comerciantes e sobretudo feirantes: a limpeza que se exige deles é cobrada também no espaço público do mercado.

### 5. Bibliografia citada

- AMARAL, L. *"Do Jequitinhonha aos canaviais."* Belo Horizonte, Dissertação (mestrado), Fafich/UFMG, 1988.
- AMOROZO, M.C.M., MING, L.C. e SILVA, S.M.P. *Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas.* Rio Claro, UNESP/SBEE, 2002.
- AUGUSTO, H.A. *"Aposentadorias rurais e desenvolvimento municipal: o caso de Medina, Nordeste mineiro."* Lavras. Dissertação (MS), Lavras, PPGA/UFLA, 2003.
- BERQUÓ, E. e BAENINGER, R. *"Os idosos no Brasil: considerações demográficas."* Campinas. Textos NEPO 37, outubro 2000.
- DELGADO, G.C. e CARDOSO JR, J.C. (orgs) *A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.* Brasília, IPEA, 2000.
- GOZA, F.W. e RIOS NETTO, E.L. *"O contraste de experiências migratórias em quatro municípios do Jequitinhonha."* VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Anais). Olinda, PE, outubro 1988.
- FERNANDES FILHO, J.F. e CAMPOS, F.R. *"A indústria rural no Brasil"* Revista de Economia e Sociologia Rural. 41 (4) Nov/Dez 2003.
- RIBEIRO, E.M. e GALIZONI, F.M. *"Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais."* In Torres, H. e Costa, H. (orgs) *População e meio ambiente: debates e desafios.* São Paulo, Senac, 2000.
- RIBEIRO, J.T.L. e CARVALHO, J.A.M. de. *"A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com enfoque na migração de retorno."* Revista Brasileira de Estudos de População. V. 16 - n. 1/2 - jan/dez. 1999.